

PORTO

É preciso ouvir as crianças para criar cidades com menos vedações nos jardins e na sociedade

O projecto CRiCity olhou para as transformações que têm ocorrido na forma como as crianças vêem a cidade. As conclusões reforçam a ideia da urgência de se esbaterem desigualdades urbanas e de se pensar a cidade não só para as crianças mas com as crianças.

Ana Isabel Pereira

18 de Maio de 2022, 20:54



Resgatar a cafetaria do parque urbano da Pasteleira permitiria juntar gerações em torno deste espaço verde, entendem os investigadores. ADRIANO MIRANDA

Colocar os decisores a ouvir o que as crianças têm a dizer sobre a cidade, nomeadamente sobre o brincar no espaço público, é uma das recomendações dos investigadores envolvidos no projecto “As crianças e o seu direito à cidade: Combater a desigualdade urbana através do desenho participativo de cidades amigas das crianças”, que arrancou em 2018 e termina a 30 de Maio. Promover o combate às desigualdades urbanas que impactam nas crianças e no seu direito a usufruir da cidade é outra.

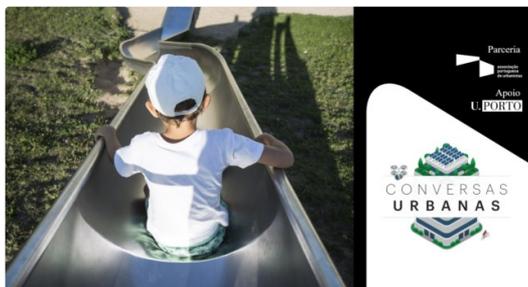
Com o acrónimo CRiCity (<https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/cricity/>), o projecto foi promovido pelo SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, uma unidade de investigação do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, teve financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia e desdobrou-se em diferentes estudos de casos, em Lisboa e no Porto, com ênfase em espaços verdes e parques urbanos.

Através de uma metodologia predominantemente qualitativa, etnográfica, centrada nas crianças e participativa, visou compreender a relação dos miúdos com a cidade, “a partir de perspectivas como a sociologia da infância, direitos das crianças, estudos urbanos e políticas públicas”, explicou ao PÚBLICO a investigadora responsável pelo CRiCity, Eunice Castro Seixas.

“A acessibilidade, a inclusão e a qualidade dos espaços públicos urbanos e a sua apropriação e usufruto pelas famílias com crianças de diferentes idades, etnias, classes sociais, ou nacionalidades” estiveram no centro da reflexão feita por toda a equipa. “Questões complexas que têm sido pouco analisadas nos estudos da infância”, nota Eunice Castro Seixas.

Porto Ocidental, Porto Oriental

No Porto, a investigação incidiu sobre os parques da Pasteleira, em Lordelo do Ouro, e do Covelo, em Paranhos. “São muito diferentes por vários motivos, não só pelo seu entorno, pelas pessoas que o frequentam, pelo acesso a transportes [públicos], mas também pela sua configuração. O da Pasteleira é mais amplo, tem menos equipamento infantil - ele está disperso, não está vedado, como no Covelo -, tem uma cafetaria que está encerrada quase desde a fundação do parque e que seria sem dúvida um atractivo para os adultos e um espaço intergeracional”, caracterizou na última *Conversa Urbana* (<https://www.publico.pt/aovivo/detalhe/cidade-tambem-brincar-410>) (formato do PÚBLICO Ao Vivo em *live streaming* (<https://www.publico.pt/aovivo/programa/conversas-urbanas>) e podcast (<https://podfollow.com/conversas-urbanas/view>)) Inês Barbosa, investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - entidade parceira do projecto - e um dos bolsiros contratados para o CRiCity.



Foram envolvidas várias entidades locais, entre as quais uma escola privada, no Covelo, e instituições educativas públicas, na Pasteleira. O Covelo, que tem uma oferta para toda a família - esplanada e equipamentos para adultos e crianças -, é mais concorrido. E oferece sensação de maior segurança por ser vedado. As crianças que ali brincavam, “das classes média-alta, eram por norma mais domesticadas, tinham muito menor mobilidade independente. Chamam-lhes a *backseat generation* [geração do banco de trás do carro], vão de ilha em ilha, sem conhecer a cidade. Mas são também crianças que tem mais acesso aos bens culturais”, caracteriza Inês Barbosa.

Na Pasteleira, as crianças “tinham uma maior liberdade na apropriação dos espaços”, por se sentirem protegidas no bairro, e mostravam-se mais imaginativas nas brincadeiras. Misturavam-se com outras crianças e interagiam com os adultos. Tinham, por outro lado, mais proximidade com os riscos, nomeadamente com o tráfico e consumo de droga que marca o quotidiano daquele e de outros bairros vizinhos. E desenvolviam por isso mecanismos de autoproteção. Andavam em grupo e evitavam brincar às escondidas à noite, por exemplo. Não saíam do bairro. Não iam a museus, a Serralves ou à Casa da Música.

Mas nos dois contextos “há uma sensação de medo” e receio de serem raptadas. “Um medo difuso”, que foi sendo transmitido às crianças pelos adultos, apesar de Portugal ser um país seguro. “Isso foi muito forte”, recorda Inês Barbosa, que durante meses observou as brincadeiras dos mais novos e conduziu “*walking interviews*”.

Durante a pandemia, as desigualdades adensaram-se: as crianças do bairro “ficaram duplamente confinadas”, “presas aos ecrãs”, enquanto com as outras houve o cuidado de “diversificar as actividades”, com os pais a fazer “desenhos com elas” e a promover “o exercício físico”, acrescenta João Teixeira Lopes, coordenador do IS-UP e dos estudos de caso do CRiCity no Porto.

A arte urbana como parque infantil

Em Lisboa, foram estudados o Parque da Quinta das Conchas, no Lumiar, o Jardim Vasco da Gama, em Belém, os espaços verdes no Parque das Nações e o Bairro da Ajuda. Eunice Castro Seixas coordenou o estudo nas áreas verdes e Paulo Castro Seixas trabalhou na Ajuda.

A investigadora do SOCIUS concluiu que muitos espaços públicos frequentados por crianças são inadequados às mesmas. Ao mesmo tempo, as crianças não precisam do típico parque infantil para brincarem. As crianças entrevistadas são muito pouco autónomas e o seu direito à cidade é ditado pela sua relação com os adultos que as acompanham e decidem, na maior parte das vezes, onde elas brincam.

Os espaços verdes analisados “carecem de lugares à sombra, de bebedouros à altura das crianças, de casas de banho e de equipamento infantil que seja simultaneamente estimulante e seguro para as crianças de várias idades, e ainda mais para crianças com deficiências físicas ou mentais”.

Os investigadores perceberam que, para os miúdos brincarem, basta existir desafio, formas diferentes, recantos para explorar, liberdade para criarem uma sociabilidade inventiva. Isso acontece no Jardim das Ondas e na Alameda dos Oceanos no Parque das Nações, onde o relvado simula as ondas do oceano e há vulcões de água.



Ali “a arte gera um ambiente amigo das crianças”. Não há áreas para as crianças e áreas para os adultos e os espaços tornam-se “mais propícios para a interacção intergeracional”. Igual no Parque da Quinta das Conchas, onde miúdos e graúdos exploram livremente os vários lugares do parque. No Jardim Vasco da Gama, o parque infantil é delimitado, e isso já não acontece.

“Várias infâncias” no Bairro da Ajuda

“No caso da Ajuda, o grande objectivo - não completamente realizado - era pensar toda a zona que vai de Belém até Monsanto como uma metáfora da cidade como um todo. Gostaríamos de ter percebido toda essa complexidade, mas apenas ficámos com algumas

hipóteses e muito trabalho pela frente”, começa por explicar Paulo Castro Seixas, co-investigador responsável do CRiCity e coordenador do estudo de caso no bairro histórico de Lisboa Ocidental, que contou com o apoio da Junta de Freguesia da Ajuda.



Os investigadores encontraram na Ajuda “várias infâncias urbanas” e nas crianças “populações invisíveis e mudas”. “As casas, as escolas, os bairros, os parques infantis e alguns jardins públicos são os retalhos das cidades a que a maior parte das crianças têm acesso. Assim, é-lhes de facto negado o direito à cidade. A dificuldade em incluir uma verdadeira relação com a natureza - por vezes entendida como lixo quando os adultos dizem para não se sujarem na terra ou não pegarem em elementos naturais para não se sujarem - e os parques infantis entendidos como máquinas standardizadas e isoladas leva a que o direito à cidade e à natureza lhes sejam negados”, explica o investigador do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, a outra entidade parceira do projecto.

Há “parques infantis que levam ao isolamento das crianças de um grupo ou estrato social”, por exemplo nos bairros sociais, e “outros que possibilitam interacções entre crianças de vários estratos sociais”, acrescenta o investigador, que ressalva a necessidade de “um trabalho científico mais apurado” para perceber esta realidade e as suas consequências.

Paulo Castro Seixas também trabalhou em Cascais, onde utilizou ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica para mapear “o concelho em função de espaços que as crianças e jovens gostavam, não gostavam e porquê”, e propôs, em consequência, mudanças. O relatório desse levantamento “foi feito com a parceria e entregue à Câmara Municipal de Cascais e ao Departamento de Urbanismo”. Para Junho, Julho, estão previstas “intervenções em Carcavelos com as crianças e o espaço público, que possibilitarão perspectivas transformadoras”, antecipa.

Do terreno à acção

A equipa tem vindo a publicar partes das suas conclusões no *site* do CRiCity e tem feito chegar as suas recomendações aos decisores políticos. Em alguns casos, essas propostas ainda seguirão para o poder local.

E pelo menos uma seguirá para o Ministério da Educação. “Nas escolas públicas há falta de gente. Era fundamental que ao nível macro houvesse uma discriminação positiva das escolas mais difíceis. E se criasse uma programação de actividades que saísse do enclave da escola, que é o enclave do bairro”, defende João Teixeira Lopes.

“Outra recomendação, e aqui a autarquia [do Porto] tem um papel fundamental, é que se criem espaços de sociabilidade interclassista: festas, programas, bibliotecas, onde fosse possível chamar crianças de vários territórios e diferentes contextos socioeconómicos”.

“Uma recomendação clara é a da necessidade de os decisores envolverem as crianças, principalmente as crianças pequenas, suas famílias e comunidade local nos processos de planeamento e gestão dos espaços urbanos”, sublinha, por seu turno, Eunice Castro Seixas. “Uma cidade boa para crianças é também uma cidade que providencie às famílias condições - recursos de tempo, saúde e estruturas acessíveis e de qualidade - para usufruírem da mesma com as suas crianças”.

As conclusões do CRiCity serão formalmente apresentadas numa conferência final no dia 28 de Maio, das 9h30 às 18h00, no ISEG. Do programa, faz parte a estreia do documentário “Brincar à cidade, ouvindo as crianças”. Nos próximos meses, no site do projecto, deverá surgir um abecedário da cidade, pela voz dos mais novos.